

Reforma política, neodesenvolvimentismo e classes sociais / *Fragmentation of the political struggle and the development agenda*

TATIANA BERRINGER¹

Resumo: O presente texto faz um diálogo com duas questões do artigo “Fragmentação da luta política e agenda do desenvolvimento”, de Eduardo Fagnani. Em primeiro lugar, pontuamos a divergência com as caracterizações de “novo-desenvolvimentismo” e social-desenvolvimentismo. Tratamos de demonstrar a relação entre as classes sociais e a plataforma neodesenvolvimentista dos governos do PT (2003-2014). Em seguida, destacamos que temos acordo com a bandeira de luta da reforma política, apesar de entendermos que o alcance e a realização da mesma devem estar conectados a um processo político mais amplo que a estratégia da social-democracia.

Palavras-chave: neodesenvolvimentismo; classes sociais; reforma política.

Abstract: The present text is a dialogue with two issues of the article “Fragmentation of the political struggle and the development agenda”, of Eduardo Fagnani. First, we point out the divergence with the features of the “neo-developmentalism” and the “social developmentalism”. We then demonstrate the relationship between social classes and the neo-developmental political platform of the governments of the Brazilian Workers’ Party – PT (2003-2014). Next, we emphasize that we agree with the political reform struggle, although we understand that its scope and achievement should be connected to a wider political process than the social democratic strategy.

Keywords: neo-developmentalism; social classes; political reform.

1 Doutora em Ciência Política pela Unicamp e professora de Relações Internacionais na Universidade Federal do ABC (UFABC).

O artigo do professor Eduardo Fagnani propõe apontar para um projeto político coletivo de transformação social e política para o Brasil no século XXI. É um esforço de grande envergadura. O texto apresenta duas questões que pretendemos debater. A primeira diz respeito à caracterização da política econômica dos governos do PT e dos protestos de junho de 2013 e a segunda trata das propostas e bandeiras de luta política unitária no Brasil.

Segundo Fagnani, os protestos de junho de 2013 “(...) repuseram o conflito redistributivo no centro do debate nacional”. Foram fruto, de um lado, da crise de representatividade política e, de outro, da insuficiência dos avanços políticos dos últimos anos na solução das desigualdades sociais e do acesso ao consumo no Brasil. Essas questões foram reforçadas pela repressão policial, que acabou massificando os atos de rua. No entanto, o autor não dá tanta atenção ao fato de que houve uma reorganização do campo conservador, a direita também saiu às ruas e, cada dia mais, demonstra a vontade de recuperar uma posição de direção política, que tem colocado o governo Dilma em posição defensiva e até regressiva.

No que tange à plataforma política implementada pelos governos do PT entre 2003 e 2014, Fagnani considera que houve um retorno da reflexão acadêmica sobre questões estruturais e nacionais, escanteadas nas últimas décadas. Teriam então se formado duas correntes de pensamento: o “novo desenvolvimentismo” e o social-desenvolvimentismo. O “novo desenvolvimentismo” enfatiza o incremento do investimento, da poupança, a diminuição dos juros e a valorização cambial. Já o social-desenvolvimentismo, corrente à qual Fagnani se filia, prioriza o fortalecimento do mercado interno e as políticas de distribuição de renda. Para essa corrente, o crescimento econômico se realiza pelo consumo de massas e pela distribuição de renda.

Nós ressaltamos que os governos do PT priorizaram a busca por mercados para a exportação, apoiaram a internacionalização das empresas brasileiras, rejeitaram a abertura comercial unilateral dos anos 1990,

e recolocaram controle estatal sobre o petróleo. No seu conjunto, as políticas externa, econômica e social contribuíram para o deslocamento da hegemonia incontestada do grande capital financeiro internacional e da burguesia compradora no seio do bloco no poder. A reorientação da política estatal visou prioritariamente atender aos anseios da grande burguesia interna brasileira. Essa fração é composta por diversos segmentos econômicos que visam prioritariamente concorrer com o capital externo no Brasil e na América do Sul, sem romper os laços de dependência. Trata-se em grande parte das chamadas “grandes campeãs nacionais”, que receberam aportes vultosos do BNDES para se tornarem líderes dos seus segmentos no Brasil e no exterior. São companhias ligadas à mineração, ao agronegócio, à indústria de manufaturas, à construção civil, entre outros. O fortalecimento desta fração burguesa só foi possível graças ao apoio de setores das classes populares – baixa classe média, operariado urbano, camponato assentado, desempregados e subempregados. Estes setores foram atendidos pelas políticas de diminuição do desemprego, aumento real do salário mínimo, aumento do crédito e expansão das políticas sociais. Constituiu-se, portanto, uma frente política dirigida pela grande burguesia interna, a principal beneficiária das políticas estatais, mas a participação das classes populares alterou fortemente a base de sustentação política e eleitoral do governo. Por isso, sustentamos que o programa político fica mais bem caracterizado com a noção de neodesenvolvimentismo, cujo prefixo “neo” indica as diferenças com o velho desenvolvimentismo, em especial, o caráter ofensivo das exportações e da internacionalização das empresas, e o fato de que o Estado não prioriza apenas o setor industrial nas suas políticas e aceita o papel regressivo da economia brasileira de fornecedora de insumos básicos para a China, Estados Unidos e Europa.

O “novo desenvolvimentismo”, segundo Bresser-Pereira, principal ideólogo desta corrente, é uma espécie de terceiro discurso entre o nacional desenvolvimentismo dos anos de 1930-1960 e a ortodoxia convencional, leia-se, neoliberalismo. Neste programa haveria um consenso entre diferentes grupos em torno de uma estratégia política.

Nós divergimos de Bresser-Pereira em relação a isso, pois, consenso pressupõe a existência de pacto consciente entre os diferentes segmentos. Consideramos que a frente neodesenvolvimentista é fluida, eivada de contradições internas, tanto no interior da própria burguesia interna, como entre essa fração e as classes populares. A ideia de frente não pressupõe um pacto entre os diferentes segmentos que a integram, os setores atuam como frente sem que tenham necessariamente consciência disso. Na verdade, nos parece que o projeto defendido por Bresser-Pereira corresponde mais diretamente aos interesses da grande burguesia interna, enquanto o social-desenvolvimentismo parece estar ligado aos interesses dos setores das classes populares. A questão é que, a despeito das contradições internas, não é possível, dentro da atual correlação de forças, que esses projetos caminhem separadamente.

Apesar dessa divergência, temos acordo com a proposta de luta política defendida por Fagnani. Segundo o autor, a ideologia neoliberal e o sistema político brasileiro criado após a Constituição de 1988 esvaziaram, ao longo dos anos, o papel dos partidos políticos enquanto representações ideológicas de grandes projetos políticos. Assim, a reforma política é a luta central do atual momento histórico do Brasil, pois ela aponta para a questão não só de um déficit democrático, mas para a discussão maior sobre um projeto político de transformação social. A luta por uma constituinte é a porta pela qual poderão começar a se reunir as diferentes organizações políticas, sindicais e sociais colocando a discussão sobre poder político, desenvolvimento e dependência no centro das lutas políticas. Trata-se da difícil tarefa de rearticulação das demandas populares em um projeto nacional, democrático e popular, por meio do qual seja possível organizar e mobilizar os setores populares. Cabe lembrar esse projeto que foi abandonado pelo PT ainda nos anos 1990.

Mas a questão central, que não se pode descurar, é: a necessidade de se ter uma grande mobilização popular para realizar as reformas política, agrária, tributária, educacional e urbana no Brasil. Não será possível, como sugere Fagnani, realizar tal feito via reformas institucionais e apri-

moramento da democracia liberal. O capitalismo dependente não logrará alcançar o nível de distribuição de renda da social-democracia europeia porque não dispõe da capacidade material e do acúmulo de capital daquelas formações sociais. Além disso, aqueles arranjos foram e vêm sendo amplamente questionados e minados pelas dificuldades econômicas e pela rearticulação da direita. Trocando em miúdos, permanece presente a discussão entre a plataforma desenvolvimentista e as formas de superação da dependência externa e da desigualdade interna. As reformas não serão realizadas pelas classes dominantes no Brasil e, se tratadas como tal, não resolverão os problemas estruturais da formação social brasileira.

Por fim, cabe dizer que o neodesenvolvimentismo entrou em crise devido ao impacto da crise financeira internacional e ao baixo crescimento econômico no Brasil. A grande burguesia interna por desconfiar que os governos do PT possam voltar a lhes conferir os altos ganhos da década passada, parece preferir, mais uma vez, juntar-se ao capital financeiro e à direita que se rearticularam bravamente desde junho de 2013. Ou seja, o contexto político é bastante complexo e desafiador para a esquerda brasileira, sobretudo, quando os países vizinhos, em especial Argentina e Venezuela, também passam por uma forte ofensiva da direita, colocando em xeque os avanços sociais e políticos dos governos progressistas na região. Fica evidente que as classes dominantes sul-americanas continuam não aceitando o aumento das políticas distributivas, sobretudo aquelas que incidem sobre a diminuição dos seus lucros, como o aumento do salário mínimo. Por isso, se articulam com as forças imperialistas, que têm grande interesse no controle dos recursos naturais da região. O que faz a luta por uma Constituinte exclusiva e soberana sobre o sistema político no Brasil ser ainda mais urgente.

Referências

FAGNANI, Eduardo. Fragmentação da luta política e agenda de desenvolvimento, *SER Social* (UnB), v. 16, n. 35, p. 253-295, jul.-dez./2014.